



PASQUIM FEMINISTA

INFORMATIVO LIBERTÁRIO ROSA GOMES

02 ANOS DE PASQUIM FEMINISTA

NESTA EDIÇÃO

Mulheres Bioma Alertam . Violências Banalizadas . Setembro Amarelo
Letramento de Gênero . E quando o armário tem estrutura transparente
Os 30 anos do programa Palavra de Mulher . III Marcha das Mulheres indígenas
Homens e suas masculinidades tóxicas . Norte às Avesas . Coluna Feminista de Cultura e artes

COLETIVA FEMINISTA GSEX



MULHERES BIOMA ALERTAM: É URGENTE ALDEAR NOSSA SOCIEDADE

Por: "Cfemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria" / Verônica Lima

Encontro dos biomas brasileiros na III Marcha das Mulheres Indígenas chama atenção para a emergência global de preservação da vida.

Uma reunião dos biomas brasileiros pode parecer coisa simbólica, só possível nas ideias de poetas, que transformam nossa vida em metáfora. Mas as mulheres indígenas nos ensinam que esse encontro não apenas é possível: ele é necessário para a preservação da vida no planeta. Assim, nossos biomas se encontraram por meio da força e dos corpos de cerca de 8 mil mulheres indígenas – as mulheres biomas – que se reuniram em Brasília na III Marcha das Mulheres Indígenas, entre os dias 11 e 13 de setembro. Com o tema “Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade pelas Raízes Ancestrais”, o encontro ecoou a voz, os saberes e o poder das nossas ancestrais – mulheres, águas, plantas, raízes.

O que o encontro dos biomas brasileiros tem a nos falar? Uma reunião poderosa como essa nos alerta para urgência de preservar nossa biodiversidade para a sobrevivência do planeta e, portanto, de todas, todes e todos nós. Os biomas clamaram alto pela preservação da vida, marchando na capital do país para mostrar que essa preservação começa com a garantia dos direitos e dignidade das mulheres indígenas. São elas as guardiãs históricas das nossas águas, terras, sementes, plantas, raízes, e todos os saberes concentrados na nossa biodiversidade.

Contra toda forma de violência - a violência a qual as mulheres indígenas são submetidas - devido à truculência colonial, que matou, estuprou e subalternizou nossas ancestrais, plantas, águas e territórios. E, mesmo depois de mais de 500 anos,

a ameaça se mantém constante e ainda é a realidade de milhares de mulheres indígenas, suas aldeias e etnias. Nesse cenário, é com o próprio corpo que as mulheres indígenas defendem a vida, individual e coletivamente. Por isso elas afirmam que são corpo-território: suas existências aglutinam histórias de resistência, resiliência e preservação diante da colonização exploratória que segue delineando o sistema capitalista devastador no qual vivemos. Sendo assim, a marcha das mulheres biomas também faz tremer o chão diante de nossos pés para denunciar as diversas aparências que a agressividade colonial assume atualmente, por meio de violências físicas, psicológicas, de gênero, sexuais, territoriais, religiosas e contra a memória e os saberes dos povos indígenas. Essas violências resultam na emergência global para a preservação da vida, já que afetam não apenas nosso território, mas todo o planeta. As mulheres indígenas exigem seus direitos para que toda a forma de vida se sustente.

No relatório final da mobilização, as mulheres indígenas afirmaram que falta uma escuta ativa e qualificada por parte do Estado brasileiro para acolher as questões fundamentais para a preservação da vida das mulheres biomas. “As delegacias não sabem nos acolher e nos ouvir. As políticas de gênero criadas pelo governo não nos atendem. As secretarias de mulheres nos estados e municípios precisam ter mulheres indígenas elaborando políticas públicas. Para enfrentar a violência, precisamos ocupar e aldear todos os espaços de tomada de decisão na sociedade”, ressalta o documento.

Aldear a nossa sociedade é reconhecer o papel fundamental das mulheres indígenas para a preservação da nossa biodiversidade, ou seja, para a sustentação da vida. Toda a sociedade deve se engajar nesse aldeamento e exigir que o fim da violência contra mulheres indígenas seja prioridade dos governos. Não existe Brasil sem os saberes e as histórias das mulheres indígenas. E não existirá planeta se a vida das nossas mulheres biomas continuar sob ataque.



Foto: Verônica Lima

VIOLÊNCIAS BANALIZADAS!

Por: Diva do Couto Gontijo Muniz
professora aposentada da UnB, Historiadora e Feminista.

A violência contra as mulheres não pode ser banalizada: 24 feminicídios em menos de 8 meses, ou seja, uma média de 3 mulheres mortas por mês, por seus companheiros, maridos, namorados ou ex.

Que efeito perverso é esse, o do aumento da violência, de crimes de feminicídio, diante do movimento inegável e crescente das conquistas femininas e feministas da igualdade de direitos, da emancipação das mulheres, do tal empoderamento feminino. Nem mesmo a caracterização do feminicídio como crime hediondo, imprescritível e inafiançável parece intimidar, coibir, impedir, deter a mão criminosa que, em sua fúria vingativa, em sua falta de empatia, em seu voluntarismo machista e misógino, cala, para sempre a voz que ousou discordar.

Encerra, definitivamente, a vida da mulher que decidiu separar-se, escolheu ser e viver livre de uma relação tóxica, perpassada pela violência cotidiana, em suas diversas matizes.

Acompanho, com indignação e sofrimento esses bárbaros assassinatos. E com alguma desesperança. Afinal, a luta pela transformação da sociedade, das relações entre mulheres e homens, que abracei como feminista que sou, parece-me ainda muito longe de alcançar tal propósito. As políticas públicas de combate e erradicação da violência de gênero são ainda ineficazes, desarticuladas, insuficientes e com poucos recursos materiais, humanos, financeiros e tecnológicos.

É preciso investir numa campanha nacional de combate à violência contra as mulheres, até para quebrar, desnaturalizar, desconstruir, tal banalização. É preciso acordar a sociedade, despertá-la de sua indiferença quanto à violência de nossos violentos tempos, ao inaceitável crime do feminicídio, aos assassinatos de suas mulheres, mães, irmãs, filhas! **Já passou da hora de dar um BASTA!**

LETRAMENTO DE GÊNERO

Por: Esdra Basilio

No Brasil, nós, mulheres, somos marcadas desde o nascimento até a hora da morte, pelas desigualdades das relações de gênero, a começar pela gestação, onde se é idealizado o enxoval e o quarto da criança. No ambiente feminino predomina os tons de rosa, se é um menino a escolha orbita por cores que permeiam o azul e suas variações.

Eu poderia narrar a trajetória da criança a partir do nascimento, apontando inúmeros marcadores sociais que ditam o que é certo para meninas e o que é certo para meninos.

Entretanto, neste momento quero enfatizar a importância do letramento de gênero, que consiste em ter o conhecimento e as ferramentas para identificar, questionar as situações de opressões, intimidações, assédios que estamos suscetíveis a sofrer em todos os espaços sociais que frequentamos, por exemplo, o transporte público, o local de trabalho, os parques da cidade. Concordo com a pesquisadora Zanello (2022, p.6) quando afirma que a nossa cultura ainda é muito binária, de modo, que é fundamental "entender os efeitos desse binarismo sobre os processos de socialização, isto é, sobre comportamentos e emoções das pessoas".

O letramento de gênero, possibilita que nós mulheres saibamos nos posicionar diante dessas situações e questionar o opressor que muitas vezes mascara o seu discurso em forma de piada, elogio, cantada, brincadeira.

Temos que nos posicionar com firmeza diante de tais situações, e se necessário saber os canais onde é possível pedir ajuda, como a polícia e a defensoria pública. Nesse sentido, eu endosso o pensamento de Paulo Freire "o conhecimento liberta". A perspectiva dos feminismos e dos estudos das relações de gênero caminham na mesma direção em busca da equidade de gênero.

Eu convoco você leitora e leitor a levar a palavra dos feminismos e dos estudos das relações de gênero para ensinar as pessoas que muitas das 'verdades' são construções sedimentadas pelos estereótipos que devem ser questionados para serem mudados.

E quem sabe um dia o sexismo e as desigualdades das relações de gênero deixem de ser uma constante em nosso cotidiano.

Referência
ZANELLO, Valeska. *A prateleira do amor: sobre mulheres e homens e relações*. Curitiba: Appris, 2022.

Dra. Esdra Basilio
basilioesdra@ufg.br

Doutora em História pela UFG

Bibliotecária Documentalista CRB - 1/2738.

SETEMBRO AMARELO: CONEXÕES ENTRE SUICÍDIO, GÊNERO, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA

Por: Damaris Morais

Em setembro de 1994, nos Estados Unidos, o jovem Mike Emme, aos 17 anos e proprietário de um Ford Mustang Amarelo 68, tirou a própria vida. Em seu funeral, familiares e amigos amarraram cartões com mensagens de apoio a fitas amarelas e as distribuíram, iniciando o movimento de prevenção ao suicídio. O 10 de setembro data de sua morte, tornou-se o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, e o Setembro Amarelo cresceu como a maior campanha global anti-estigma relacionada à saúde mental e ao autoextermínio, com o lema de 2023 sendo "Se precisar, peça ajuda!".

Embora o suicídio seja um fenômeno complexo e multifatorial que afeta pessoas de todas as identidades de gênero e orientações sexuais, é crucial reconhecer as conexões significativas entre esses fatores. De acordo com o Ministério da Saúde (2021), o suicídio é quase quatro vezes mais frequente entre homens, com 9,9 mortes autoprovocadas por 100 mil habitantes, em comparação com 2,6 casos por 100 mil entre mulheres. Isso se deve, em parte, às diferentes maneiras pelas quais homens e mulheres buscam ajuda e compartilham suas emoções, indicando a influência das normas de gênero e expectativas sociais.

Indivíduos LGBTQIAPN+ enfrentam desafios únicos relacionados ao suicídio devido à discriminação, estigma e isolamento social associados à identidade de gênero e orientação sexual. Os jovens LGBTQIAPN+ têm uma probabilidade muito maior de tentativas de suicídio do que seus pares heterossexuais, enfatizando a necessidade de ambientes inclusivos e seguros para todas as identidades de gênero e orientações sexuais.

Além disso, vítimas de violência, seja ela física, psicológica ou sexual, estão em maior risco de desenvolver pensamentos e comportamentos suicidas. A exposição à violência pode causar traumas profundos e danos psicológicos, muitas vezes levando à desesperança. A falta de autoestima, apoio familiar e social, bem como discriminação escolar e isolamento social, são fatores contribuintes para os suicídios, especialmente entre os jovens.

Para prevenir o suicídio e ajudar aqueles que sofrem, é fundamental oferecer educação, apoio emocional e acesso a serviços de saúde mental.

Neste Setembro Amarelo, renovemos nosso compromisso com a promoção da saúde mental e o apoio a todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. **"Se precisar, peça ajuda!"**

Ligue CVV – 188.



Damaris Morais é servidora SIASS/DASS/UFG
Psicóloga especialista em Psicologia da Saúde
E-mail: damarismoraispsi@ufg.br

E QUANDO O ARMÁRIO TEM ESTRUTURA TRANSPARENTE? QUE A PRIMAVERA SE FAÇA TAMBÉM DE ROSA-LILÁS-AZUL

Por: Fabiana Itaci Corrêa de Araujo
Psicóloga, professora da UFG.
Email: fabiana.itaci.araujo@ufg.br

Instituído na 22ª Conferência da International Lesbian and Gay Association, é fruto da ação ativista de Wendy Curry, Michael Page e Gigi Raven Wilbur - pessoas bissexuais estadunidenses - desde 1999, o dia 23 de setembro marca o DIA DA VISIBILIDADE BISSEXUAL. Criada como forma de luta pela afirmação desta orientação sexual, desde então, a data vem cada vez mais se internacionalizando, ou seja, adotada e celebrada em vários outros países.

Sem desconsiderar a importância do tema da visibilidade para a luta do conjunto das pessoas LGBTQIAP+, quero aqui unir a voz (em grito, muitas vezes) àquelas/es que ao longo da história deste movimento político e sua produção teórica, destacam que este tema é, dramaticamente, central quando falamos de bissexualidade. Para continuarmos, é importante deixar nítido que partimos do entendimento de que a bissexualidade refere-se ao potencial de atração “[...] romântica e/ou sexual - por pessoas de mais de um sexo e/ou gênero, não necessariamente ao mesmo tempo, da mesma forma e não necessariamente no mesmo nível” (Eisner, 2021, p. 23). Definição sintetizada pela ativista Robyn Ochs exposta por Eisner em seu livro “Bi, notas para uma revolução bissexual”.

Mas, por que então, o tema da visibilidade é tão significativo para as pessoas cujo desejo e/ou comportamento sexual fluem conforme o exposto por Eisner? Pois, uma das violências mais insidiosas sofridas por pessoas bissexuais se dá justamente pela via do apagamento, da invalidação da própria existência da bissexualidade como orientação sexual íntegra. Tal apagamento se expressa nos estereótipos de que pessoas bissexuais são homossexuais (lésbicas ou gays) que não se assumiram, ou são pessoas confusas, indecisas, de que se trata de uma fase, pois “assim que se entenderem, descobrirão 'o seu lado'”. Ou ainda na insistência em definir a orientação sexual de alguém a partir da expressão de gênero de seu/sua parceiro/a. Se a pessoa está com alguém de gênero diferente do seu, logo é heterossexual, se está com alguém de mesmo gênero, logo é homossexual, entre outros estereótipos e formas.

Um denominador comum nesses estereótipos é a dificuldade em entender uma vivência de desejo que se dá fora da mononorma, ou seja, fora do padrão monossexista que amalgamado com o heterocispatriarcado compõe, estruturalmente, a sociedade burguesa-racista-capacitista em que vivemos. Eisner define o monossexismo como [...] uma estrutura social que opera mediante o pressuposto de que todas as pessoas são, ou deveriam ser, monossexuais, uma estrutura que privilegia a monossexualidade e os monossexuais e sistematicamente pune quem não é monossexual. Eu defino monossexualidade como atração por apenas um sexo e/ou gênero. (Eisner, 2021, p. 62).

Assim, o processo de invisibilização, de apagamento, funciona como forma de evitar o desconforto do tensionamento que a bissexualidade provoca. E uma das consequências deste processo para as pessoas bissexuais é a ausência do lastro das certezas binárias para se apoiarem, o que contribui para a experiência de um estado de constante questionamento, de uma quase permanente instabilidade quanto a si próprio/a, o que por sua vez, constitui um terreno fértil para sofrimento psíquico. Se me apaixono por alguém do mesmo gênero, pergunto: “será que sou lésbica/gay?”. Se me relaciono com alguém de gênero diferente, penso: “não, não. Devo ser hétero mesmo...” Eisner (2021) diz que o monossexismo, tomado como um dos fundamentos da bifobia, “fratura a articulação de uma identidade bissexual” (p. 72) por parte de pessoas bis, dificultando ainda mais, então, o processo de autorreconhecimento, de se assumir. De certa forma, podemos dizer que o apagamento operado pelo monossexismo, dificulta inclusive que se possa reconhecer a existência de um “armário”. Não que ele não exista, mas se constitui de paredes transparentes, como um vidro fino que esconde sua resistência em sua aparência de fragilidade.

Portanto, o dia 23 de Setembro, que aqui no hemisfério sul também marca o início da primavera, deve ser celebrado, gritado como afirmação de nossa existência, principalmente naquilo que de subversivo ela implica. Para que, cada vez mais, mais flores rosa-lilás-azul possam ser vistas na primavera da diversidade.

Referência:
EISNER, Shiri. *Bi, notas para uma revolução bissexual*. São Paulo: Editorial L, 2021.

OS 30 ANOS DO PROGRAMA PALAVRA DE MULHER

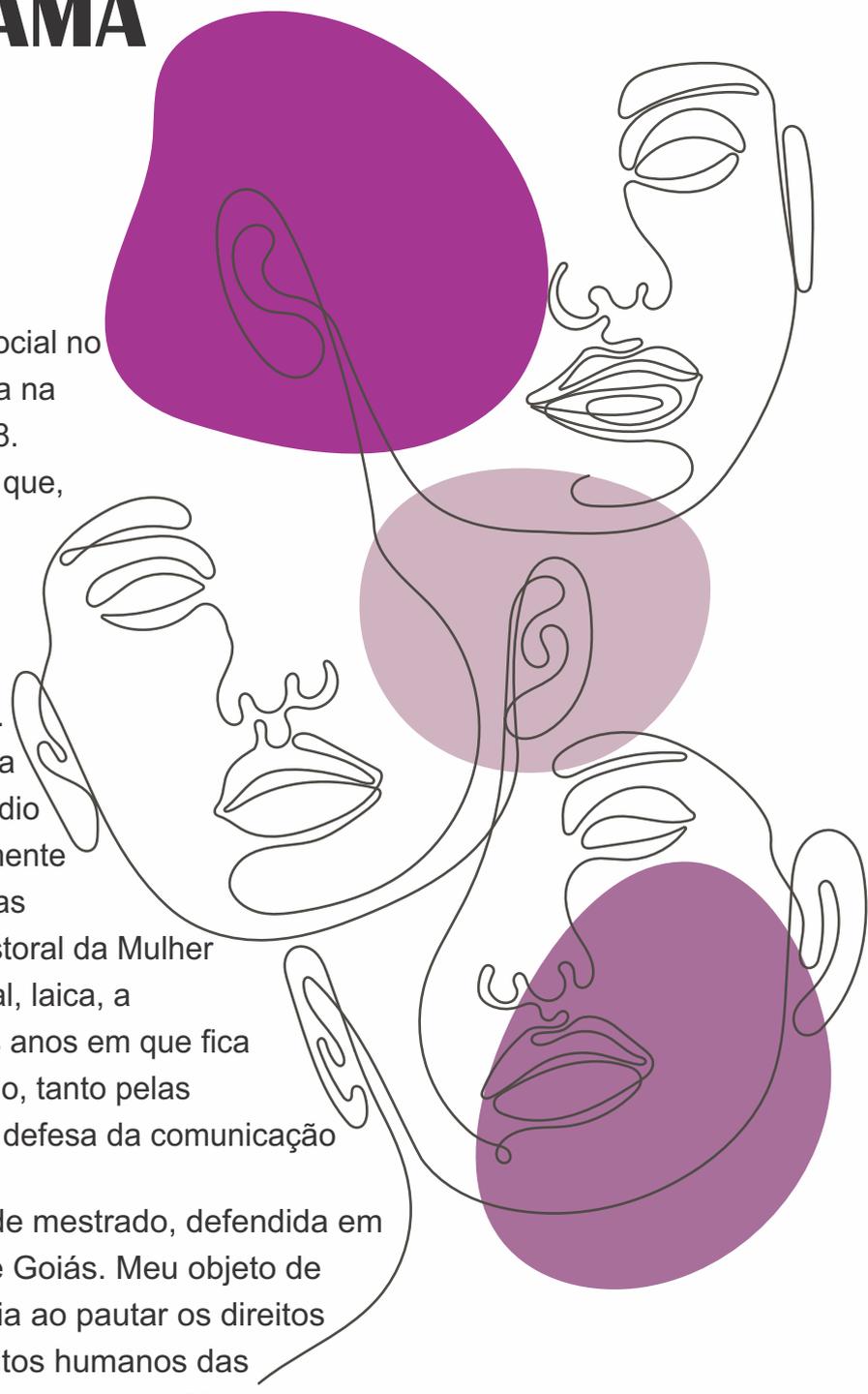
Por: **Geralda Cunha**

O início da década de 1990 foi um período de grande efervescência social no Brasil. A abertura política iniciada na década de 1980 teve sua culminância na Assembleia Nacional Constituinte e na aprovação da Constituição de 1988. Movimentos sociais organizados pautaram temáticas e problemas sociais que, durante o período da ditadura militar, foram reprimidos e negligenciados. Organizados em associações, em movimentos de base da igreja católica, em organizações políticas, ativistas trouxeram ao debate temas que necessitavam ser expostos e ter políticas públicas que garantissem os direitos de segmentos sociais importantes e marginalizados da sociedade.

Em 1993 o programa Palavra de Mulher foi criado pelas mãos da igreja católica goiana, produzido e transmitido por uma emissora religiosa – a rádio Difusora de Goiânia. À medida que o programa se consolidava, ele igualmente se firmava com abordagens mais contundentes sobre as temáticas políticas propostas. Com o passar dos anos, ganha autonomia e, com o fim da Pastoral da Mulher em 2002, passa a ser coordenado por uma associação não governamental, laica, a Associação Mulheres na Comunicação (AMC). No decorrer de vinte e três anos em que fica no ar, passa por mudanças estruturais e se torna referência em seu horário, tanto pelas abordagens progressistas e em defesa das mulheres, como também pela defesa da comunicação democrática.

A descrição acima faz parte da apresentação da minha dissertação de mestrado, defendida em agosto de 2023, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Meu objeto de pesquisa, o programa de rádio Palavra de Mulher, foi pioneiro em Goiânia ao pautar os direitos das mulheres. O programa compõe a memória do movimento pelos direitos humanos das mulheres e de outros segmentos sociais. No próximo dia 03 de outubro completa-se 30 anos de sua criação. Uma série de produtos estão sendo preparados para as comemorações das três décadas: a digitalização do acervo de entrevistas, programas e imagens; a disponibilização do acervo nas plataformas digitais; a publicação da dissertação em livro e um evento comemorativo na Assembleia Legislativa de Goiás.

Uma homenagem às mulheres e às organizações e movimentos sociais do nosso Estado.



Geralda da Cunha Teixeira
Comunicadora Social Rádio e TV - UFG
Mestra em Educação-UFG
Especialista em: Assessoria de Comunicação - UFG
Comunicação Pública - ESPM
Gestão Escolar - UFG
Educadora, ativista em Direitos Humanos das Mulheres

III MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS: LUTAS POR DIREITOS E RESPEITO À ANCESTRALIDADE

Por: Maria Meire Carvalho

Mulheres indígenas resistem e enfrentam os desafios colocados pela votação do Marco Temporal no Brasil - PL 2.903/2023, que trata sobre a demarcação das terras dos povos originários. A Lei tem como tese a determinação de que as terras indígenas devem se restringir a área já ocupada pelos indígenas na data da promulgação da Constituição Federal, em 05 de Outubro de 1988.

A marcha até Brasília foi organizada pela ANMIGA - Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. No ano de 2023, a "III Marcha das Mulheres Indígenas" traz como tema: "Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade pelas Raízes Ancestrais".

Com essa pauta as mulheres indígenas estiveram em Brasília entre os dias 11 a 13 de Setembro de 2023. Durante a manifestação, elas promoveram caminhadas, rodas de conversa, plenárias e mesas temáticas com discussões que trouxeram à tona as lutas dos povos originários em prol das questões socioambientais e em defesa dos biomas.

É relevante ressaltar que essa luta não pode ser somente dos povos indígenas. Essa luta é também nossa, pois proteger as florestas é a chance que temos para que no futuro nossas gerações tenham acesso à água e a alimentos.

O Marco Temporal ameaça a sobrevivência das comunidades indígenas e das florestas, além de fomentar conflitos em áreas já pacificadas, pois provoca a revisão de demarcação de terras já demarcadas.

Assim, a proposta política da efetivação do Marco Temporal é, ao nosso ver, um retrocesso, uma vez que pode abrir espaços para a degradação ambiental, além de se constituir em um descaso às lutas dos povos originários pelo respeito à sua ancestralidade.

Não se pode pensar em Marco Temporal para povos indígenas que vivem em suas terras há séculos ou milênios. O Marco Temporal é mais uma invenção da colonialidade ocidental para a usurpação dos direitos dos povos originários.

HOMENS E SUAS MASCULINIDADES TÓXICAS

Por: Ana Gabriela Colantoni

Queria não ter que ensinar sempre, queria ter tempo para ser feliz. Mas infelizmente, as violências ocorrem a todo momento, até mesmo (ou seria principalmente?) na academia, nos detalhes. Quando participo de eventos que só têm homens, as coisas se repetem: por mais que eu tente interagir, sem ignorá-los, tratar sobre as sutilezas e polemizar suas falas, a maioria demonstra não ter escuta atenta, referenciam somente a eles mesmos, agradecem somente a eles, não usam linguagem inclusiva.

Eu sinto que fui convidada apenas porque sou mulher, para não serem chamados de machistas, mas não estão dispostos a perder seus privilégios e a se responsabilizarem pela desconstrução da masculinidade tóxica. O tóxico deles não intoxica somente as mulheres, produz depressão, automutilação, suicídio. Mas não é porque também são vítimas do patriarcado, que as mulheres deixam de ser as mais prejudicadas. Espero que em algum momento percam um pouco do narcisismo.

Sugaram-me.
Continuo tentando!

NORTE ÀS AVESSAS

Por: Por Julianne Veiga

“Amarra sua cabrita que meu bode está solto”, mamãe repetiu indignada. E nos indignamos juntas com esta expressão usada por uma mulher para dirigir-se a outra mulher - as mães de dois adolescentes ingênuos, que começavam a lançar, um sobre o outro, incipientes olhares de interesse comum. Nunca me esqueci dessas palavras ofensivas - primeiras, mas não as únicas vidas afora - e do que significavam. Senti como se tivesse sido levantado à frente de minha leveza, ainda infantil, um muro de pedras que eu deveria transpor, sob pena de ficar reduzida àquele lugar animalizado onde houve a tentativa de que eu nele fosse posta como coisa para uso e/ou abuso. No entanto, a arrogância do dito não me trouxe como consequência cerceamento de liberdade. Minha mãe apenas pediu: “não dê a ela motivos para acreditar que tem razão” – o que não deixava de ser uma amarra e um peso a mais sobre mim. Éramos ali duas mulheres que reforçavam seus laços de união, minha mãe e eu. Pude continuar encantada pelo moço bonito, rudemente comparado a um bode primitivo descontrolado, cujo rótulo, a mim, parecia não lhe caber. Talvez, ele sequer compreendesse bem que o perfil de animal macho lhe era dado para afirmação de uma masculinidade tosca, que estaria condenado a ostentar como perigosa marca de nascença.

Acredito com firmeza que o homem em quem ele se transformou não personifica a truculência pensada no início de sua adolescência. Pode até ser que quem verbalizou o dito não pense mais da mesma forma, tudo pode mudar.

Nunca me esqueci das tais palavras, embora não conseguisse, com a idade que tinha à época, compreender toda a extensão do dito e bem entrever suas entrelinhas preconceituosas. Apesar disto, elas permaneceram em mim como um norte às avessas. Venho, desde cedo, transpondo o mesmo muro. Não, melhor, faço escaladas rotineiras dos muros de preconceitos para, sobre eles, trilhar minha desafiadora caminhada feminina de mulher – penso feminino e mulher como conceitos distintos, que até podem seguir juntos, mas não necessariamente, dada a dimensão maior e mais ampla que tem o primeiro. Sim, as palavras verbalizadas tiveram lá sua utilidade. Contudo, por esta razão e por outras igualmente fortes, por longo tempo pensei e agi de maneira equivocada, esforçando para anular em mim o feminino que me compõe. Eu percebia feminino e fragilidade indistintamente, os via como complementares entre si e como aspectos de um só conceito.

Decidi renegar a ambos. Vi muito depois que este meu erro contém em sua gênese o mesmo preconceito contra qual eu lutava. Com a maturidade - via cheia de desvios, que também vou buscando consolidar - concilio, dia a dia, junto com outras mais, as variadas nuances femininas e masculinas da composição de minha essência. Nisso compreendo melhor a mim, a minha mãe e a mãe do moço, todas atingidas pelo mesmo sistema patriarcal, enfrentado por cada qual à sua maneira.



COLUNA FEMINISTA DE CULTURA E ARTES: DICAS E SUGESTÕES

Filmes: 1 - Vênus Negra

"Relata um evento histórico e traz a biografia da vida de Saartjie Baartman (Yahima Torres), babá sul-africana que tornou-se atração de um circo de horrores na Europa exatamente pelo aspecto corporal, da tribo Hotentote. Os espetáculos a ridicularizam, violentam, moral e fisicamente."

2 - Flores Raras

Direção: Bruno Barreto

Gênero: Drama romântico biográfico.

O filme retrata a história de Elizabeth Bishop, uma poetisa norte-americana. Em busca de algo que a motive, ela resolve viajar para o Rio de Janeiro e passar uns dias na casa de uma colega de faculdade, Mary, que vive com a arquiteta brasileira Lota de Macedo Soares. Lota é Maria Carlota Costallat de Macedo Soares, uma arquiteta-paisagista e urbanista autodidata brasileira que, a convite de Carlos Lacerda, seu amigo e vizinho em Petrópolis, assumiu o comando do estado da Guanabara, em 1960. Lota propôs criar o Parque do Flamengo, a partir de um projeto feito em conjunto com Affonso Reidy, arquiteto modernista. O Parque do Flamengo, localizado na cidade do Rio de Janeiro é o maior aterro urbano do mundo.

Exposição: Frida Kahlo em exposição no Rio de Janeiro

A exposição sobre a vida de Frida Kahlo no Forte de Copacabana, Zona Sul, do Rio de Janeiro, foi prorrogada até Outubro de 2023. Denominada por "Temporada de Frida - Uma Biografia Imersiva". A exposição com 13 ambientes interativos mostra um pouco sobre a vida da artista mexicana. A mostra já passou por São Paulo e Bahia, depois de ser um sucesso na Europa. São 90 minutos de histórias, filmes e instalações com trilha sonora específica para envolver o visitante.